

Informações financeiras intermediárias

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

30 de junho de 2015

com relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações financeiras intermediárias

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Informações Financeiras Intermediárias

30 de junho de 2015

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações
financeiras intermediárias 1

Informações financeiras intermediárias

Balanço patrimonial	3
Demonstração dos resultados.....	4
Demonstração dos resultados abrangentes	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstração dos fluxos de caixa.....	7
Demonstração do valor adicionado	8
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias.....	9

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações financeiras intermediárias

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.
Goiânia - GO

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. (“Companhia” ou “Concebra”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar, que as informações financeiras intermediárias acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, elaborada sob responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, e considerada informação suplementar para as companhias de capital fechado, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Goiânia, 30 de julho de 2015.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Wagner dos Santos Junior
Sócio – Contador CRC – 1SP216386/O-1

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Balanço patrimonial
30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

	Notas	30/06/2015	31/12/2014
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.936	28.865
Clientes e operações a receber	5	1.273	-
Impostos a recuperar	6	3.269	3.401
Adiantamentos a fornecedores	7	7.684	509
Despesas antecipadas	8	3.766	873
		20.928	33.648
Não circulante			
Despesas antecipadas	8	3.430	3.871
Adiantamento - partes relacionadas	9	48.600	4.856
Impostos a recuperar diferidos	23	1.093	-
Intangível	10	1.152.030	643.311
		1.205.153	652.038
Total do ativo		1.226.081	685.686
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	132.184	33.875
Empréstimos e financiamentos	14	579.986	-
Salários e encargos sociais		7.124	2.676
Obrigações fiscais		10.386	2.923
Arrendamento mercantil	12	945	674
Contas a pagar – partes relacionadas		-	626
Outras obrigações	13	2.324	3.922
		732.949	44.696
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	-	304.302
Arrendamento mercantil	12	1.034	1.020
Provisão para manutenção	15	92.386	61.994
Impostos e contribuições diferidos	23	6.821	3.695
		100.241	371.011
Patrimônio líquido			
Capital social	16	380.000	261.000
Reserva de lucros		12.891	8.979
Total do patrimônio líquido		392.891	269.979
Total do passivo e patrimônio líquido		1.226.081	685.686

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração dos resultados

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto o lucro básico e diluído evidenciado por ação)

	Notas	30/06/2015	30/06/2014
Receita líquida de pedágio	17	3.381	-
Receita de construção	18	362.703	87.523
Custo de serviços prestados	19	(1.432)	-
Custo de construção	20	(353.508)	(87.523)
Resultado bruto		11.144	-
Despesas operacionais, líquidas:			
Administrativas		(998)	(625)
Salários e encargos sociais		(1.133)	(449)
Amortização		(774)	(58)
Administradores	21	(1.074)	(797)
		(3.979)	(1.929)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		7.165	(1.929)
Resultado financeiro:	22		
Receitas financeiras		1	8.361
Despesas financeiras		(1.221)	(991)
		(1.220)	7.370
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social		5.945	5.441
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	-	(1.838)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	(2.033)	-
		(2.033)	(1.838)
Lucro líquido do período	16	3.912	3.603
Lucro básico e diluído por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o período (em R\$)	16	0,010	0,014

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Lucro líquido do período	3.912	3.603
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do período	<u>3.912</u>	<u>3.603</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 e 2014 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais)

	Capital social		Reserva de lucros			Adiantamentos para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido
	Subscrito	A integralizar	Reserva de retenção de lucros	Reserva legal	Lucros (prejuízos) acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1	-	-	-	(1)	1	1
Subscrição de capital	379.999	(379.999)	-	-	-	-	-
Integralização de capital	-	260.999	-	-	-	-	260.999
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	1.429	1.429
Lucro líquido do período	-	-	-	-	3.603	-	3.603
Saldos em 30 de junho de 2014	380.000	(119.000)	-	-	3.602	1.430	266.032
Baixa de adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	(1.430)	(1.430)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	5.377	-	5.377
Constituição de reserva legal	-	-	-	449	(449)	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	8.530	-	(8.530)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	380.000	(119.000)	8.530	449	-	-	269.979
Integralização de capital	-	119.000	-	-	-	-	119.000
Lucro líquido do período	-	-	-	-	3.912	-	3.912
Saldos em 30 de junho de 2015	380.000	-	8.530	449	3.912	-	392.891

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	30/06/2015	30/06/2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	3.912	3.603
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Margem de construção	(9.195)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos e corrente	2.033	1.838
Amortização	1.103	58
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	20
Variação nos ativos e passivos:		
Cliente e operações a receber	(1.273)	-
Adiantamento – partes relacionadas	(43.744)	(3.592)
Impostos a recuperar	132	(1.881)
Despesas antecipadas	(2.452)	(7.885)
Outros valores a receber	(7.175)	(642)
Fornecedores	98.309	4.836
Obrigações sociais e trabalhistas	4.448	1.274
Obrigações fiscais	7.463	297
Outras obrigações	(2.224)	1.752
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	51.337	(322)
Fluxos de caixa das atividades de investimento:		
Adições ao ativo intangível	(454.044)	(165.795)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(454.044)	(165.795)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:		
Integralização de capital	119.000	260.999
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.429
Captações através de empréstimos e financiamentos	320.730	1.110
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(60.445)	(87)
Pagamento de juros e remunerações sobre empréstimos e financiamentos	(507)	(20)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	378.778	263.431
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(23.929)	97.314
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	28.865	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4.936	97.315
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(23.929)	97.314

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração do valor adicionado

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	30/06/2015	30/06/2014
Receitas	366.084	87.523
Receita de pedágio	3.381	-
Receita de construção	362.703	87.523
Insumos adquiridos de terceiros	(355.725)	(87.995)
Custos dos serviços prestados	(1.103)	-
Custos de construção	(353.508)	(87.523)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.114)	(472)
Valor adicionado bruto	10.359	(472)
Amortização	(1.103)	(58)
Valor adicionado líquido consumido	(9.256)	(530)
Valor adicionado recebido em transferência	1	8.361
Receitas financeiras	1	8.361
Valor adicionado total a distribuir	9.257	7.831
Distribuição do valor adicionado	9.257	7.831
Pessoal	1.676	1.031
Remuneração direta	1.437	958
Benefícios	213	47
F.G.T.S.	26	26
Impostos, taxas e contribuições	2.210	2.077
Federais	2.209	2.053
Estaduais	-	22
Municipais	1	2
Remuneração de capitais de terceiros	1.459	1.120
Juros	1.221	991
Aluguéis	238	129
Lucro do período	3.912	3.603
Lucro do período	3.912	3.603

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. (“Concebra” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 30 de janeiro de 2013 através da denominação social de Diana Participações e Investimentos S.A., sendo alterada para atual “Concebra” em 07 de janeiro de 2014, através de Assembleia Geral Extraordinária. A Companhia tem por objeto a exploração, com exclusividade, sob o regime legal de concessão, do sistema rodoviário do trecho da BR 060, BR 153 e BR 262 DF/GO/MG, totalizando 1.176,50 km, sendo: 630,20 km da BR 060 e BR153, desde o entroncamento com a BR 251, no Distrito Federal, até a divisa dos estados de Minas Gerais e São Paulo, e 546,30 km da BR 262, do entroncamento com a BR 153 ao entroncamento com a BR 381, no estado de Minas Gerais e dos respectivos acessos, inclusive realizando a recuperação, manutenção, melhoramento, monitoração, conservação e operação. O prazo de duração da Companhia será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato de concessão celebrado com Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, nos termos dos Edital de Concessão nº 004/2013 - com prazo fixado de 30 anos a partir de 31 de janeiro de 2014, podendo ser prorrogado em comum acordo entre a Companhia e o poder concedente, conforme condições específicas estabelecidas no contrato de concessão.

Extinta a concessão, retorna ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. Ao final da concessão a Companhia não fará jus a qualquer indenização, todos os bens da concessão ou investimentos nela realizados deverão ser integralmente depreciados ou amortizados.

A assinatura do Termo de Arrolamento dos Bens da Concessão Rodoviária foi realizada em 05 de março de 2014, após homologação dos resultados pelo Poder Concedente.

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias federais, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros cinco anos da concessão. Estes investimentos estão sendo financiados por empréstimos de curto e de longo prazo e aporte de capital dos acionistas. Em 21 de janeiro de 2014, a TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A., controladora da Concebra, aportou R\$261.000 para o projeto e no primeiro trimestre de 2015 aportou R\$119.000.

Para a execução dos serviços conforme o PER, a concessionária conta com 06 (seis) bases operacionais ao longo do trecho de 1.176,50 km da rodovia. Os trabalhos iniciais foram executados nos 12 (doze) primeiros meses, com serviços de recuperação do pavimento, sinalização horizontal e vertical, elementos de proteção e segurança, canteiro central e faixa de domínio, drenagem e OAC (Obras de Arte Correntes), OAE (Obras de Arte Especiais), sistema elétrico e de iluminação e reformas das edificações existentes. No 16º (décimo sexto) mês foram concluídos os 65 (sessenta e cinco) quilômetros de duplicação do trecho prioritário da BR-262 e as obras civis das praças de pedágios.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

Após verificação dos pré-requisitos para início da cobrança de pedágios, a ANTT emitiu Resolução nº 4.747, de 11 de junho de 2015, autorizando o início das atividades das 11 praças de pedágios, estabelecidas nas Rodovias BR 060, BR 153 e BR 262 DF/GO/MG, a partir do dia 27 de junho de 2015 à 00:00 horas.

A diretoria da Companhia autorizou a conclusão e emissão dessas informações financeiras intermediárias em 30 de julho de 2015.

2. Políticas contábeis

Preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias

As informações financeiras intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e órgãos reguladores que estavam em vigor em 30 de junho de 2015.

As informações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

2.1. Moeda funcional

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.2. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receitas de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, serão registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Reconhecimento de receita--Continuação

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC 01 e OCPC 05 - Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado são mensuradas e registradas baseada no estágio de conclusão da obra realizada em contrapartida ao ativo intangível de concessão.

Os gastos com infraestrutura da concessão são contabilizados como custo da construção na demonstração do resultado do exercício, servindo de base para a apuração da receita e é apurada a receita de construção com determinação de margem, que no caso da Companhia, como há terceirização da obra, esta foi calculada de forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária do concessionário e eventuais custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra.

Receitas acessórias

Corresponderão às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos na conta de receitas acessórias na demonstração de resultado da Companhia.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência; portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Em 30 de junho de 2015 a Companhia não apresenta itens que requeiram registro diretamente no patrimônio líquido.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Impostos

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas por tipo de Receita</u>	
	<u>Pedágio</u>	<u>Demais receitas</u>
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	3,00%	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	0,65%	1,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	5,00%	5,00%

As receitas serão apresentadas na demonstração de resultados pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida de vendas).

A Companhia teve reconhecido seu enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, conforme Portaria MT nº 164 de 24 de abril de 2014 e do Ato Declaratório Executivo DRF/Brasília nº 67 de 25 de junho de 2014. As pessoas jurídicas beneficiárias do REIDI estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e serviços para a aplicação em obras de infraestrutura sem a incidência da Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

i) *Ativos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e outros recebíveis. A Companhia classifica seus instrumentos nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

i) *Ativos financeiros*--Continuação

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita.

2.6. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia, relativos ao empréstimo. A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis.

2.7. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos relacionados à concessão pública, são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues (vendidas) ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

O critério definido para amortização do ativo intangível, é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Ativos intangíveis--Continuação

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.9. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisão para manutenção

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção, conforme descrito na nota explicativa nº 15, é registrada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Demonstração do valor adicionado

Foram elaboradas demonstrações do valor adicionado (DVA), nos termos do CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações financeiras intermediárias.

2.12. Normas, alterações e interpretações de normas

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, não foram emitidas novas normas, alterações e interpretações de normas além daquelas divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, bem como não ocorreram alterações em relação aos impactos esperados e divulgados nas referidas demonstrações financeiras que possam afetar as informações financeiras intermediárias do referido período.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das informações financeiras intermediárias. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos (período remanescente do atual contrato de concessão) e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Em 30 de junho de 2015 não existiam incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A existência de incerteza poderia requerer a constituição de provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações financeiras intermediárias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Disponibilidades	4.936	216
Aplicações financeiras	-	28.649
	<u>4.936</u>	<u>28.865</u>

5. Clientes e operações a receber

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Arrecadação de pedágio: (i)		
Vale pedágio	130	-
Pedágio eletrônico	1.141	-
Outras arrecadações	2	-
	<u>1.273</u>	<u>-</u>

(i) Os recursos referem-se a operações a receber de cartões de pedágio.

6. Impostos a recuperar

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	3.221	3.009
Outros	48	392
	<u>3.269</u>	<u>3.401</u>

7. Adiantamento a fornecedores

A Companhia antecipou recursos financeiros aos fornecedores para mobilização de canteiro de obra e pagamento antecipado para liberação de mercadorias. Estes adiantamentos serão compensados à medida em que as mercadorias e serviços forem entregues.

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Adiantamento a fornecedores	7.684	509
	<u>7.684</u>	<u>509</u>

8. Despesas antecipadas

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Gastos com apólices de seguros (i)	7.196	4.744
	<u>7.196</u>	<u>4.744</u>
Parcela do circulante	3.766	873
Parcela do não circulante	3.430	3.871

(i) Seguros contratados para riscos de engenharia, com vencimento variando entre 1 e 5 anos sendo amortizados pelo prazo da vigência do contrato.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Adiantamentos – partes relacionadas

A título de adiantamento, a Companhia antecipou o montante de R\$48.600 para a empresa ligada Rio Parnaíba Serviços de Operações Rodoviárias Ltda., conforme previsto em contrato assinado em 02 de janeiro de 2015, para prestação de serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho), conservação das rodovias (recuperação de obras de infraestrutura) e outros serviços para a Companhia.

	30/06/2015	31/12/2014
Rio Parnaíba Serviços de Operações Rodoviárias Ltda.	48.600	4.856
	48.600	4.856

10. Intangível

	Intangível em serviço	Intangível em andamento (ii)	Provisão para manutenção	Adiantamentos a fornecedores (i)	Total
Saldo em 31/12/2013	-	-	-	-	-
Construções/Aquisições	8.775	455.849	61.994	116.963	643.581
Saldo em 31/12/2014	8.775	455.849	61.994	116.963	643.581
Construções/Aquisições	13.995	381.398	30.392	84.037	509.822
Saldo em 30/06/2015	22.770	837.247	92.386	201.000	1.153.403
Saldo em 31/12/2013	-	-	-	-	-
Amortização	(270)	-	-	-	(270)
Saldo em 31/12/2014	(270)	-	-	-	(270)
Amortização	(774)	(329)	-	-	(1.103)
Saldo em 30/06/2015	(1.044)	(329)	-	-	(1.373)
Valor residual líquido					
Saldo em 31/12/2014	8.505	455.849	61.994	116.963	643.311
Saldo em 30/06/2015	21.726	836.918	92.386	201.000	1.152.030
Taxa de amortização	5% a 20%	-	-	-	

(i) Os adiantamentos são representados principalmente por atendimento a cláusula contratual junto à parte relacionada, Construtora Triunfo S.A., no montante de R\$139.133 e Vessel – LOG Companhia Brasileira de Navegação e Logística no montante de R\$58.077.

(ii) Do montante de ativo intangível em andamento, R\$442.902 são oriundos do contrato de empreitada global entre a Companhia e a Construtora Triunfo S.A.

Como a Companhia tomou emprestados recursos específicos para obter um ativo qualificável particular, os custos dos empréstimos e financiamentos são diretamente atribuíveis ao ativo qualificável que podem ser identificados prontamente. Dessa forma, a Companhia determinou o montante dos custos dos empréstimos e financiamentos elegíveis à capitalização como sendo aqueles efetivamente incorridos sobre tais empréstimos e financiamentos, menos qualquer receita financeira decorrente de investimentos temporários dos recursos tomados.

As referidas capitalizações tiveram início em julho de 2014. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, foram capitalizados R\$21.681 (R\$ 1.987 em 2014).

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Fornecedores

Tipo de Fornecedor	30/06/2015	31/12/2014
Construção civil	112.711	26.095
Tecnologia da informação e sistemas	12.107	3.950
Projetos	1.934	-
Manutenção e conservação	1.416	-
Bens duráveis	995	-
Seguros	376	-
Serviços de socorro médico e resgate	497	1.720
Outros	2.148	2.110
	132.184	33.875

12. Arrendamento mercantil

Financiamento de veículos – Arrendamento mercantil		Garantia	Indexador	30/06/2015	31/12/2014
Banco Safra		Alienação fiduciária	14,98% a.a.	1.874	1.694
Banco Volkswagen		Alienação fiduciária	17,80% a.a.	105	-
				1.979	1.694
Circulante				945	674
Não circulante				1.034	1.020

13. Outras obrigações

	30/06/2015	31/12/2014
Verba de fiscalização	867	808
Segurança no trânsito	759	1.794
Recursos para desenvolvimento tecnológico – RDT	575	1.320
Outros	123	-
	2.324	3.922

O contrato de concessão prevê o repasse pela Concessionária à ANTT de verbas anuais, com pagamentos mensais, a título de “fiscalização”, para cobertura de despesas nesse processo, “segurança no trânsito”, que será destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito, comunicação e aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal e “recursos para desenvolvimento tecnológico – RDT”, aplicados a projetos e estudos que visem o desenvolvimento tecnológico de acordo com sua regulamentação. Prevê também a realização de seguros para assegurar que as obrigações assumidas no contrato de concessão sejam cobertas caso ocorram prejuízos.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos e financiamentos

Descrição	30/06/2015	31/12/2014
Empréstimos e financiamentos - BNDES	585.118	308.926
(-) Despesas de captação	(5.132)	(4.624)
	579.986	304.302
Circulante	579.986	-
Não circulante	-	304.302

Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelos juros e encargos financeiros, determinados no contrato, incorridos até a data das informações financeiras intermediárias. Os referidos encargos são apropriados, líquidos das receitas geradas pelas aplicações financeiras que excedem o caixa, no intangível, pois são decorrentes de financiamentos utilizados exclusivamente nas obras de melhoria e ampliação da infraestrutura das rodovias BR-060, BR-153 e BR-262 (Nota 10).

Em 28 de julho de 2014, a Companhia obteve a liberação da primeira parcela de recursos do empréstimo-ponte com o BNDES, no montante de R\$300.000. Em 27 de março de 2015 houve o recebimento da segunda parcela no montante de R\$100.000 e no dia 27 de maio de 2015 ocorreu a liberação da terceira parcela no montante de R\$160.000. O empréstimo ponte será amortizado em parcela única no dia 15 de janeiro de 2016 ou na data de desembolso da primeira parcela do financiamento de longo prazo, o que ocorrer primeiro. Este contrato não possui cláusulas restritivas financeiras, "Covenants".

	Empréstimo aprovado (em milhões de R\$)	Encargos (a.a.)	Garantia
BNDES (empréstimo ponte)	1.060,2	TJLP + 2,00%	Fiança corporativa e/ou bancária, penhor e recebíveis (*)

(*) Os recebíveis serão oferecidos como garantias após a entrada em operação das praças de pedágio.

15. Provisão para manutenção

A Companhia registrou provisão para manutenção relativa ao período de 2021 a 2024, descontando a valor presente à taxa interna de retorno de 14,12% a.a., conforme quadro abaixo:

	30/06/2015	31/12/2014
Pavimentação	72.453	48.610
Sinalização	13.521	9.079
Drenagem	4.575	3.088
Obras de artes especiais	1.393	935
Outros	444	282
	92.386	61.994

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 30 de junho de 2015 é de R\$380.000 (R\$380.000 subscrito e R\$261.000 integralizado em 31 de dezembro de 2014), representado por 380.000.000 ações ordinárias (261.000.000 ações em 31 de dezembro de 2014), nominativas e sem valor nominal. Conforme previsto no item 24.2.2 do Contrato de Concessão, foi integralizado ao capital social o montante de R\$119.000 no primeiro trimestre de 2015.

b) Lucro por ação

O cálculo básico e diluído de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e conseqüentemente não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Numerador		
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	3.912	3.603
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias em circulação – básico e diluído	380.000.000	261.000.000
Lucro básico e diluído por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o período (em R\$)	0,010	0,014

c) Reserva legal

A reserva legal será constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

d) Reserva de retenção de lucros

A Companhia destinou do lucro líquido do exercício de 2014 o montante de R\$8.530 à reserva de retenção de lucros retidos para investimento, com base em orçamento de capital preparado pela Administração.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Receita líquida de pedágio

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Receitas de pedágio		
Receitas de arrecadação	<u>3.701</u>	-
	<u>3.701</u>	-
Impostos sobre faturamento		
(-) PIS sobre faturamento	(24)	-
(-) COFINS sobre faturamento	(111)	-
(-) ISS sobre serviços prestados	<u>(185)</u>	-
	<u>(320)</u>	-
Total receita líquida	<u><u>3.381</u></u>	-

18. Receita de construção

A Companhia registrou receita de construção no montante de R\$362.703 dos ativos da concessão medidos e realizados no período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 que contempla 2,6%, a título de margem, sobre os custos de construção incorridos no mesmo período.

19. Custo dos serviços prestados

Os custos incorridos em função do início da operação das praças de pedágios foram reconhecidos proporcionalmente aos dias de cobrança do pedágio e estão representados a seguir:

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Folha de pagamento	(384)	-
Seguros	(57)	-
Serviços tomados	(498)	-
Outras obrigações contratuais	(164)	-
Amortização	<u>(329)</u>	-
	<u><u>(1.432)</u></u>	-

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Custos de construção

Os custos de construção referem-se às medições realizadas e aprovadas até 30 de junho de 2015, e estão assim compostos:

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Pavimentação	(112.626)	(22.323)
Sistemas de drenagem	(10.153)	(13.813)
Roçada e poda vegetal	(25.319)	(17.120)
Elementos de sinalização e proteção	(14.636)	(11.382)
Duplicação de pista	(84.985)	-
Obras de artes especiais	(10.117)	-
Sistema de infraestrutura telefônica e radio comunicação	(4.690)	-
Edificações operacionais	(40.052)	-
Terraplanagem e estruturas de contenção	(3.114)	(10.302)
Desapropriações para benfeitorias	(4.118)	-
Projetos	(6.097)	(5.492)
Outros	(37.601)	(7.091)
	<u>(353.508)</u>	<u>(87.523)</u>

21. Remuneração dos administradores

O Conselho de Administração é composto por quatro membros. Os membros da diretoria executiva não possuem ações da Companhia.

O valor dos honorários pagos a diretoria até 30 de junho de 2015 foi de R\$1.378 sendo R\$ 719 reconhecidos no resultado (R\$797 em 30 de junho de 2014) e R\$659 capitalizados no ativo intangível (R\$211 em 30 de junho de 2014). Adicionalmente, ocorreu no período o pagamento a diretoria, a título de participação nos lucros, no valor de R\$708, sendo R\$355 reconhecidos no resultado e R\$353 capitalizados.

22. Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido, em 30 de junho de 2015, está assim composto:

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	1	-
Rendimento sobre aplicações financeiras	-	8.361
	<u>1</u>	<u>8.361</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre arrendamento mercantil	-	(20)
Despesas bancárias	(77)	(968)
Juros diversos	(1.144)	(3)
	<u>(1.221)</u>	<u>(991)</u>
	<u>(1.220)</u>	<u>7.370</u>

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrado em 30 de junho de 2015 são demonstrados abaixo:

	30/06/2015	30/06/2014
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	5.945	5.441
Margem de construção do período (diferença temporária)	(9.195)	-
Base para imposto de renda e contribuição social	(3.250)	5.441
Alíquota nominal (IR de 25 % e CS de 9 %)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	1.105	-
Parcela isenta do adicional de imposto de renda	(12)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos(ii)	(3.126)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (i)	(2.033)	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(1.850)
Parcela isenta do adicional de imposto de renda	-	12
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(2.033)	(1.838)

- (i) Refere-se substancialmente ao imposto de renda e contribuição social diferida passiva sobre a margem de construção, R\$3.126 e imposto de renda e contribuição social diferida ativa R\$1.093 sobre a base negativa da CSLL e prejuízo fiscal.
- (ii) Saldo refere-se ao imposto constituído em 2015 que somado ao imposto constituído até 2014 de R\$3.695 totaliza o valor registrado no Passivo não circulante no valor de R\$6.821.

a) Lei 12.973/2014 (anteriormente denominada "MP 627")

Em 11 de novembro de 2013 foi emitida a Medida Provisória "MP 627" que, entre outras alterações na legislação tributária federal, revoga o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. A Companhia optou por adotar essa norma a partir de janeiro de 2015.

24. Cobertura de seguros

A Companhia contratou, por força do contrato de concessão, cobertura de seguro na modalidade Seguro Garantia - Fiança com o objetivo de garantir a execução das obras de ampliação, conservação, manutenção e operação da rodovia.

As apólices possuem renovações anuais, sendo consideradas suficientes pela Administração da Companhia para cobrir os riscos inerentes de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "all risks" para danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetistas, maquinários e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avarias de máquinas e perda de receitas, cujas etapas e respectivas coberturas de seguro e prazo de vigência, estão abaixo relacionadas:

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Cobertura de seguros--Continuação

Marcos contratuais	Valor da importância segurada	Prazo de vigência
Risco de Responsabilidade Civil, de Engenharia e Operacional	25.700	Fev/15 a Jan/16
Risco de Responsabilidade Civil e de Engenharia	133.600	Fev/14 a Jan/16
Garantia de execução da concessão	400.000	Jan/15 a Jan/16
Risco de Engenharia	2.907.398	Abr/14 a Mar/20

25. Compromissos com a concessão

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Concebra assumiu as rodovias com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 5 anos da concessão. Com a anuência da ANTT, a Companhia também assumiu novos compromissos de investimentos como desvio de tráfego dentro do perímetro da cidade de Goiânia-GO (contorno de Goiânia), acesso ao aeroporto de Goiânia, dentre outros investimentos demonstrados abaixo.

<u>Compromissos futuros:</u>	2015	2016	2017	2018	2019 a 2044	Total Geral
Trabalhos iniciais	57.470	-	-	-	-	57.470
Recuperação da rodovia	82.503	154.889	160.327	205.787	36.081	639.587
Obras de ampliação e melhorias	346.145	475.626	673.213	530.368	724.970	2.750.322
Ante-projetos e projetos executivos	41.807	2.106	-	-	-	43.913
Manutenção da rodovia	-	-	-	-	2.901.398	2.901.398
Obras de ampliação e melhorias	-	-	-	-	1.319.474	1.319.474
	527.925	632.621	833.540	736.155	4.981.923	7.712.164
<u>Novos investimentos:</u>						-
Obras para lançamento da fibra óptica	108.481	11.816	-	-	-	120.297
Gestão ambiental	9.229	24.923	40.044	49.573	67.016	190.785
Sistemas e equipamentos	5.554	9.890	1.354	7.170	236.001	259.969
Edificações	293.342	8.246	-	8.362	128.393	438.343
Veículos	19.914	-	2.390	-	125.831	148.135
Projetos/ensaios/estudos	3.204	8.922	26.798	2.995	158.066	199.985
Desapropriações	1.742	2.318	2.904	538	4.639	12.141
Outros investimentos	21.925	-	-	-	-	21.925
Complemento contorno Goiânia	-	100.000	100.000	100.000	-	300.000
Complemento 3ª faixa Anápolis-Goiânia	-	-	-	90.000	90.000	180.000
Retorno em nível	17.697	17.697	17.697	17.697	17.697	88.485
Obra aeroporto de Goiânia	25.000	-	-	-	-	25.000
	506.088	183.812	191.187	276.335	827.643	1.985.065
	1.034.013	816.433	1.024.727	1.012.490	5.809.566	9.697.229

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Compromissos com a concessão--Continuação

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;
- ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis), postos de serviços de atendimento aos usuários;
- iii) Construção de onze praças de pedágio; e
- iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, os compromissos previstos no contrato de concessão relativos à verba de fiscalização, segurança no trânsito e recursos para desenvolvimento tecnológico (RDT) perfazem o seguinte montante (valores nominais):

Ano	Verba de fiscalização	Segurança no trânsito	Recurso para desenvolvimento tecnológico	Total
2015	5.202	1.176	870	7.248
2016	10.404	2.352	1.740	14.496
2017	10.404	2.352	1.740	14.496
2018	10.404	2.352	1.740	14.496
2019 até 2044	260.100	58.800	43.500	362.400
	296.514	67.032	49.590	413.136

26. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de junho de 2015 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Companhia não mantém qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

- i. Aplicações financeiras - são classificadas como equivalentes de caixa.
- ii. Arrendamento mercantil e empréstimos e financiamentos- são mensurados pelo custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, acrescidos dos juros auferidos até a data do balanço. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

A Companhia está exposta a risco de mercado, de crédito e de liquidez. O Conselho de Administração é responsável por supervisionar a gestão destes riscos.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser relativo às tarifas de pedágio e no valor das suas ações. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 30 de junho de 2015 ativos ou passivos em moeda estrangeira, conseqüentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia não tem ações negociadas em mercado.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda.

a) Risco de taxas de juros

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures, ou reduzir o ganho com suas aplicações. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

b) Risco de preço e valor de mercado

A estrutura tarifária planejada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres) que permite manter o equilíbrio econômico - financeiro do contrato em 14,12% de TIR (Taxa Interna de Retorno).

c) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do Governo Federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico - financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entendemos que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distante de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os efeitos.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

c) Risco regulatório--continuação

A geração de caixa futura da Companhia demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER. Consideramos que a Companhia tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

d) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber e notas de crédito) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez.

Gestão do capital

O objetivo principal da Administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Análise de sensibilidade

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente ao contrato firmado junto ao BNDES que possui taxa fixa de 2% a.a. acrescida da TJLP.

Os CPC's 38, 39 e 40, dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 30 de junho de 2015, foram estimados 3 (três) cenários distintos, considerando o volume de financiamento total. Com base nestes montantes consolidados em 30 de junho de 2015, definimos o Cenário Provável para os próximos 12 meses (Cenário I). À partir do Cenário I (Provável), simulamos acréscimo de 15% (Cenário II) e 25% (Cenário III) sobre as projeções dos índices de correção de cada contrato.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos bem como o fluxo de vencimentos dos contratos programados. A data base utilizada foi 30 de junho de 2015, projetando os índices de correção para os próximos 12 meses e avaliando a sensibilidade em cada cenário.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros foram montados, apurando-se o impacto nas despesas financeiras no período de um ano, conforme segue:

<u>Risco</u>	<u>Cenário Provável I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
TJPL+ 2%a.a.	585.118	585.118	585.118
Despesa Financeira Projetada	46.809	53.830	58.511
Variação	-	7.021	11.702

Os valores justos, demonstrados nos quadros acima partem da posição de endividamento em 30 de junho de 2015, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia.

27. Eventos subsequentes

No dia 29 de julho de 2015 a Companhia recebeu a quarta parcela do financiamento junto ao BNDES, no montante de R\$48.320, totalizando um saldo de R\$608.320, a ser amortizado em janeiro de 2016, conforme contrato celebrado entre as partes.